



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ISAURA SUELLE SOUSA CHAVES
MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE NUNES**

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

JOÃO PESSOA - PB

2013

ISAURA SUELLE SOUSA CHAVES
MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE NUNES

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
no Centro de Educação da Universidade
Federal da Paraíba como requisito para
obtenção do certificado de Graduação do
Curso de Pedagogia.

Orientadora: Profª. Drª. SANDRA ALVES DA SILVA SANTIAGO

JOÃO PESSOA - PB

2013

C512f Chaves, Isaura Suelle Sousa.

A formação do professor para o atendimento educacional especializado / Isaura Suelle Sousa Chaves, Maria da Conceição Alexandre Nunes. – João Pessoa: UFPB, 2013.

45f.

Orientador: Sandra Alves da Silva Santiago

Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Formação docente. 2. Educação especial. 3. Atendimento educacional especializado. I. Nunes, Maria da Conceição Alexandre. II. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37-051 (043.2)

FOLHA DE APROVAÇÃO

ISAURA SUELLE SOUSA CHAVES
MARIA DA CONCEIÇÃO ALEXANDRE NUNES

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em _____ de _____ de 2013.

BANCA AVALIADORA

Prof.^aDr^aSandra Alves da Silva Santiago
(Orientadora)

Prof.^aDr^aMaria Tereza Lira de Oliveira
(Avaliadora)

Dedicamos este trabalho a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a nossa formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela concessão de mais uma conquista.

Aos meus pais, Everaldo Chaves e Maria de Fátima Sousa Chaves, o princípio e a base da educação que hoje tenho.

A minha orientadora, Dra. Sandra Alves da Silva Santiago, pessoa imprescindível na construção deste trabalho.

Aos demais professores do Curso de Pedagogia, de forma especial, àqueles que tenho como referência.

Aos colegas que caminharam junto comigo, dividindo preocupações e comemorando objetivos alcançados.

Isaura Suelle Sousa Chaves

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, em especial:

À Deus, a quem devo a minha vida.

Aos meus pais, Geraldo Nunes de Lira e Ires Alexandre dos Santos, que sempre me apoiaram nos estudos e nas escolhas tomadas.

Ao meu esposo, Helio Roberto de Freitas Junior, por sempre me incentivar e me compreender nos momentos difíceis ao longo dos últimos anos.

Aos professores do Curso de Pedagogia, especialmente a Professora Dra. Sandra Alves da Silva Santiago que nos orientou e teve papel fundamental na elaboração deste trabalho.

Aos colegas pelo companheirismo e disponibilidade para me auxiliar em vários momentos.

Maria da Conceição Alexandre Nunes

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

(John Dewey)

RESUMO

O presente trabalho discute e analisa a formação dos profissionais da área da Educação que trabalham com o Atendimento Educacional Especializado. Tal temática torna possível o esclarecimento de alguns conceitos, possibilitando a compreensão dos tipos de deficiências, as causas e como é feito o diagnóstico, bem como a terminologia mais adequada para tratar sobre cada tipo de deficiência. Atualmente, políticas públicas eficazes se fazem cada vez mais necessárias para garantir serviços especializados que contribuam para a inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns. Neste sentido, consideramos oportuno fazer uma reflexão sobre os fatores que colaboram para que as crianças com deficiência não estejam na sala de aula, a discriminação sofrida por esse público e as denominações deturpadas que foram se tornando ultrapassadas no decorrer da história. A Educação do Brasil requer mudanças urgentes, como as construções de escolas inclusivas, para garantir o direito dessas pessoas frequentarem o ensino regular ter acesso a educação, o que inclui também uma cessação do professor que realiza atividades educativas excludentes contribuindo para a segregação desses alunos. A Educação Especial, através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), se ocupa da educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino e em instituições especializadas. Esse Atendimento é de suma importância para o desenvolvimento desse público, pois complementa o processo de escolarização, além de colaborar para o processo de transformar as escolas públicas em escolas inclusivas. Ao investigar sobre a formação do professor para atuar no AEE descobrimos que nem todos foram formados para tal, muitos aprendem a desenvolver esse trabalho com a prática cotidiana, e ainda, reconhecem a necessidade de aprimorar os seus conhecimentos através de capacitações.

Palavras-chaves: Formação docente, Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado

ABSTRACT

This paper discusses and analyzes the training of professionals who work with the Education Support Services Specialized Education. This theme enables the clarification of some concepts, showing the types of disabilities, the causes and how the diagnosis is made, as well as the most suitable terminology to treat about every type of disability. Currently, effective public policies are made increasingly necessary to ensure specialized services that contribute to the inclusion of students with disabilities in class ordinary. Therefore, we consider it appropriate to reflect on the factors that contribute to children with disabilities are not in the classroom, the discrimination suffered by that public and misleading designation that were becoming outdated in the course of history. The Education of Brazil requires urgent changes, such as the construction of inclusive schools, to ensure the right of those people attend ordinary school and have access to education, which include the termination of a teacher who conducts exclusive educational activities contributing to the segregation of these students. The Special Education through the Educational Service Specialist (ESA) is concerned with the education of persons with disabilities, pervasive developmental disorders and high ability/ gifted in the ordinary education and special institutions. This Service is of paramount importance for the development of this public, it complements the educational process, and contribute to the process of turning public schools into inclusive schools. To investigate the formation of the teacher to act in ESA found that not all were trained to do so, many learn to develop this work with everyday practice, and also recognize the need to enhance their knowledge through training.

Keywords: Teacher Training, Special Education and Educational Service Specialist

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAMD – Associação Americana de Deficiência e Desenvolvimento Intelectual

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AGAPASM - Associação Gaúcha de Pais e Amigos de Surdocegos e Multideficientes

CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação e cultura

OMS - Organização Mundial da Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	12
II. COMPREENDENDO AS DEFICIÊNCIAS	13
2.1 Deficiência auditiva	14
2.3 Deficiência intelectual.....	19
2.4 Deficiência físico/motora	20
2.5 Deficiências Múltiplas.....	21
III. A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	23
3.1 A formação do professor	24
3.2 O Atendimento Educacional Especializado – AEE.....	26
IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
4.1 Tipo de Pesquisa	31
4.2 Sujeitos da Pesquisa.....	32
4.3 Instrumento da pesquisa	33
4.4 Análise dos Dados.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICE	

I. INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é nos conduzir a um conhecimento maior acerca da formação do professor para o Atendimento Educacional Especializado, em outras palavras, nossa investigação tem como propósito pensar a preparação e qualificação desses profissionais que atuam na área da Educação Especial.

O estudo de tal eixo temático se apresenta revestido de importância para qualquer cidadão que se preocupe com a educação, em especial para nós, formandos em Pedagogia, e, sobretudo, enquanto discentes que descobrimos na Educação Especial um campo de estudo a ser seguido.

No primeiro momento, iremos abordar as deficiências, compreendendo um pouco de cada uma delas; em seguida, discutiremos a inclusão dos estudantes com deficiência, processo que ainda caminha de forma lenta, embora a legislação assegure a igualdade de direitos para todos; nosso estudo segue tratando da formação do professor, das bases construídas para o exercício da atividade docente; após essa reflexão, nossa discussão se volta ao Atendimento Educacional Especializado, desmistificando a ideia de que ele substitui o ensino regular; posteriormente, apresentaremos nossos procedimentos metodológicos, detalhando de que forma será executada a nossa pesquisa; logo após iremos apresentar a nossa análise dos dados; e por fim as nossas considerações finais, fazendo um breve relato do estudo realizado.

Nessa perspectiva, nosso empenho se volta à realização de um trabalho satisfatório, em que possamos não apenas cumprir a atividade proposta, mas ter realmente um crescimento significativo, enxergando esta pesquisa não como uma exigência para a conclusão de um curso, mas como uma oportunidade de expandir nosso campo de conhecimento.

II. COMPREENDENDO AS DEFICIÊNCIAS

Dizer que uma pessoa tem uma deficiência significa dizer que ela tem uma “restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”(BRASIL,2001, p.02).

Existem muitas crianças com deficiência no Brasil, grande parte são meninos e meninas que estão fora das escolas na maioria delas por causa da sua deficiência, muitas vezes porque tem vergonha dos outros colegas, por serem vítimas de preconceitos, pelo fato da família não estimular ir à escola, pois pensam que seus filhos não são capazes de aprender e conviver com os outros. Todos esses fatores colaboram para que as crianças com deficiência não estejam na sala de aula e assim contribuam para o número crescente da evasão escolar.

Quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou possuir pelo menos uma das deficiências investigadas (mental, motora, visual e auditiva), a maioria, mulheres. Em 2010, o Censo registrou, ainda, que as desigualdades permanecem em relação aos deficientes, que têm taxas de escolarização menores que a população sem nenhuma das deficiências investigadas. O mesmo ocorreu em relação à ocupação e ao rendimento. Todos esses números referem-se à soma dos três graus de severidade das deficiências investigados (alguma dificuldade, grande dificuldade, não consegue de modo algum). (IBGE,2010, p. 02)

É preciso acabar com esse estereótipo de que ser uma pessoa com deficiência é ter uma doença. E para alguns, a repulsa é tão exacerbada que, nem se fosse uma doença transmissível seria necessário agir de uma forma tão discriminatória. Contrário ao sentido da inclusão, o modelo médico da deficiência conduz as pessoas a confundir a deficiência com doença. De fato, algumas doenças podem gerar deficiências; sendo estas, o resultado das doenças e não a doença em si.

É relevante lembrar que, durante décadas, as pessoas com deficiência foram chamadas de anormal, inválidas, incompleto, imperfeito, de retardados, dementes, selvagens e excepcionais. Depois, foram chamadas de pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência; portador de necessidades especiais e pessoas especiais. Mas recentemente, passaram a ser denominadas de pessoas com deficiência, assim chamadas até os dias atuais.

As pessoas com deficiência têm, desde sempre, convivido com a confusão entre o que realmente são, pessoas humanas, e o que se pensa que elas são: “deficientes”. Corrobora para a perpetuação dessa “confusão” a visão social construída historicamente em torno da deficiência como sinônimo de doença, de dependência, de “indivíduos sem valor”, de sofrimento, de objeto de purgação dos males cometidos por seus pais, entre outras. Tais visões estereotipadas sempre marginalizaram as pessoas com deficiência e, por vezes, nutriram nelas a crença descabida de que são incapazes. Com efeito, “não é a distinção física ou sensorial que determina a humanização ou desumanização do homem. Suas limitações ou ilimitações são determinadas social e historicamente” (BIANCHETTI e FREIRE, 2004, p.66).

No Brasil, há uma área da Educação que é oferecida para suprir as necessidades desses alunos com deficiência que é a Educação Especial. Esse é um campo da Educação que tem como objetivo atender e incluir os alunos com necessidades específicas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino e em instituições especializadas.

Segundo o Art. 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96 a Educação Especial é “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”(BRASIL, 2013).

A Educação Especial é composta, de acordo com a legislação em vigor (BRASIL,2013) por três grandes grupos: alunos com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação e alunos com deficiência. Neste último grupo encontram-se as pessoas com deficiência auditiva, visual, intelectual, físico/motora e múltipla, cada qual com suas necessidades específicas de acordo com o tipo e o grau da deficiência.

2.1 Deficiência auditiva

Deficiência auditiva, também conhecida como surdez, consiste na perda da audição ou no comprometimento da capacidade de ouvir, isto é, um indivíduo que apresenta déficit relacionado ao sentido da audição, a audição não é funcional e que vai ter de aprender a se comunicar de outra forma, além de utilizar o sentido da visão para suas aprendizagens.

A pessoa com deficiência auditiva é classificada de acordo com o seu grau de perda da sensibilidade auditiva, avaliada em decibéis, podendo manifestar-se leve, moderada, profunda e severa.

Especialistas ressaltam a importância da identificação e do diagnóstico precoce da deficiência auditiva para uma intervenção imediata e efetiva no caso, porém muito ainda precisa ser feito para que os procedimentos de detecção precoce da deficiência auditiva se tornem uma realidade.

Segundo os autores Gatto e Tochetto (2007, p. 113), apesar dos avanços tecnológicos possibilitarem a detecção da deficiência auditiva a partir das primeiras vinte e quatro horas de vida, ainda se constata importante atraso na suspeita e no diagnóstico da surdez.

Ainda de acordo com os mesmos, na etapa de diagnóstico são utilizados vários testes para determinar os níveis de desenvolvimento da audição da criança, o tipo e a provável etiologia da perda auditiva, o prognóstico e o tratamento adequado. São realizados testes de triagem neonatal na infância visando a reabilitação auditiva precoce.

As causas da deficiência auditiva podem ser hereditárias, pré, peri ou pós-natais. É preciso uma investigação não apenas durante a gestação ou quando a criança nasce, mas durante os primeiros anos de vida, pois a surdez pode ser descoberta também, principalmente nos três primeiros anos de vida. Quando se trata de perda auditiva de origem congênita destacam-se as doenças infecciosas como sendo uma das principais causas.

A mais conhecida infecção fetal causadora de deficiência auditiva é a rubéola, porém, com a introdução dos programas de vacinação, a incidência dessa causa sofreu redução nos países em desenvolvimento, nas últimas décadas. Contudo, a rubéola e outras infecções fetais ainda demonstram que possuem grande abrangência em estados do nordeste do Brasil, e devem ser sempre lembradas na avaliação da etiologia da deficiência auditiva congênita na infância. (SILVA et al, 2006, p.03)

Além da rubéola, a meningite bacteriana é também um dos principais agentes causadores da perda auditiva.

Faz-se necessário um esclarecimento acerca das expressões incorretas que ainda são utilizadas por algumas pessoas ouvintes para falar sobre pessoas com deficiência auditiva, tais como surdo-mudo, surdinho, mudinho e deficiente auditivo.

Segundo Sasaki (2003), quando nos referimos ao surdo, a palavra mudo não corresponde à realidade dessa pessoa. O diminutivo mudinho ou surdinho denota que o surdo não é tido como uma pessoa completa.

De acordo com Quadros (2004), os surdos são pessoas que se identificam como surdas:

Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define como grupo diferente de outros grupos.

Diante disso os termos corretos para se utilizar ao tratar dos surdos são: pessoa surda ou surdos ou pessoa com deficiência auditiva ou comunidade surda. Assim como os cegos gostam de ser chamados de cegos, os surdos se identificam ao serem chamados de surdos. Evite usar a expressão deficiente auditivo, pois por volta da metade da década de noventa, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje.

A grande maioria dos indivíduos da comunidade surda utiliza a libras como principal forma de comunicação. Notadamente se tratando da educação dessa comunidade, a libras é hoje fundamental para o desenvolvimento do surdo no processo educativo.

Para Capovilla citado por Sasaki (2007, p.03):

“A língua define um povo. Linguagem, um indivíduo”. Assim, do mesmo modo como o povo brasileiro é definido por uma língua ou idioma em comum, o Português (que o distingue dos povos de todos os países com os quais o nosso faz fronteira), a comunidade surda brasileira é definida por uma Língua em comum, a Língua de Sinais Brasileira.

O direito dos surdos à educação é garantido no Decreto 5.626, de dezembro de 2005, que determina que as pessoas surdas tem direito a uma educação que garanta a sua formação. Assim, as instituições devem buscar implementar medidas que assegurem o Atendimento Educacional Especializado aos alunos surdos ou com deficiência auditiva colaborando para o seu desenvolvimento no processo educativo.

Vale destacar que a criança ou o adulto surdo que não tem acesso ao estudo da libras fica alheio as informações, a educação e a cultura, acarretando dificuldades na escrita e na falta de compreensão do mundo que o cerca. Desta forma a língua de sinais é reconhecida como sendo de suma importância para superar a barreira lingüística existente entre a comunidade surda e os ouvintes.

2.2 Deficiência visual

Deficiência visual é a perda ou o comprometimento da capacidade visual, sem possibilidade de reversão, ou seja, de caráter definitivo, sendo adquirida de forma congênita ou não. Entre as pessoas com deficiência visuais, podemos classificar de forma clara dois grupos existentes baseado na perda do campo visual: pessoas com baixa visão ou visão subnormal e cegueira.

Considera-se com baixa visão ou visão subnormal a pessoa que apresenta uma alteração no que chamamos de visão normal. A pessoa com baixa visão tem o sistema visual parcialmente prejudicado, a visão é reduzida e não corrigível, mesmo após tratamento com uso de óculos e lentes de contato, mas é possível o uso do resíduo visual com auxílios ópticos. Já a cegueira, diferente da baixa visão não tem uma visão útil, se caracteriza pelo fato da pessoa ter a função visual total ou seriamente prejudicada. É a falta total da percepção visual.

As causas da deficiência visual são diversas, podendo ser congênitas, geralmente adquiridas antes do nascimento, como é o caso da amaurose congênita de Leber, ou as denominadas malformações oculares, o glaucoma congênito, a catarata congênita. Ou podem ser adquiridas através de traumas oculares, catarata, degeneração senil de mácula, glaucoma, também podem ser adquiridas por doenças como diabetes ou alterações relacionadas à hipertensão arterial. Todas essas doenças podem causar a cegueira.

É a partir do quinto mês após o nascimento que a criança começa a emitir importantes sinais que podem ser identificados como diferentes comparados a uma criança com visão normal. Um exemplo desses sinais seria o desvio de um dos olhos, o não reconhecimento visual de pessoas ou objetos e o atraso do desenvolvimento de acordo com o esperado para um bebê dessa idade (CRUZ, 2008).

Com o passar do tempo os pais podem observar outros sinais que servem de alerta como, por exemplo, olhos avermelhados, inflamados ou lacrimejando constantemente. A criança começa esfregar os olhos com freqüência, fecha ou tapa com as mãos um dos olhos, segura os objetos muito perto dos olhos, pisca os olhos para ver os objetos que estão longe ou perto; quando deixa cair objetos pequenos precisa tatear para encontrá-los. Após alguns anos cansa-se facilmente ou distrai-se ao usar a vista por muito tempo e tem atrasos no desenvolvimento escolar.

Essas são algumas diferenças no desenvolvimento de uma criança cega comparada a uma criança que enxerga. O tato e a audição se tornam fundamentais para esse desenvolvimento. Isso faz com que a percepção de um cego seja muito diferente da percepção dos que enxergam. Os contrastes são poucos perceptíveis e as distâncias são mal apreciadas.

As pessoas sem deficiência geralmente interrogam-se sobre a maneira mais correta de lidar com os cegos. É importante salientar que as pessoas com deficiência visual não apresentam atraso intelectual, não são surdas e nem tampouco são superdotadas. O seu intelecto é tão desenvolvido quanto o das outras pessoas. Podem e devem ser chamados de cegos e não é preciso ter receio ao tratar sobre a cegueira.

A capacidade de aprendizagem de uma pessoa não está diretamente relacionada com o seu grau de visão. O cego tem o processo de alfabetização relativamente normal até os sete anos de idade. Mas só é possível fazer um planejamento de intervenção educacional após o conhecimento do diagnóstico completo e deve-se levar em conta o momento em que a pessoa perdeu a visão, se foi congênita ou adquirida. O planejamento de programas de intervenção adequados vai depender do grau de visão funcional que o cego apresenta. Deve-se aproveitar e potencializar ao máximo o que a criança ou o adulto cego já tem desenvolvido como a compreensão do seu corpo, a lateralidade, o desenvolvimento do tato e da audição, as capacidades motoras, a linguagem, capacidades discriminativas e perceptivas.

Um grande benefício para os cegos foi a invenção de um método de escrita e leitura criado por um francês cego de nome Louis Braille, cujo nome lhe deu a designação, sistema Braile. De extrema importância, o Braile é um sistema de escrita e impressão que estabelece relações com as áreas da comunicação,

educação e cultura para as pessoas cegas. Nos dias atuais o Braille é realmente muito eficaz e útil para a vida das pessoas com deficiência visual.

Uma das maiores vantagens da técnica: poder gerar textos em Braille manualmente com equipamentos muito rudimentares (reglete e punção). Essa observação justifica economicamente a disseminação da técnica num país com as características do Brasil. (LORIMER apud BORGES, 2009, p. 72)

Além do sistema Braille, existe hoje outra forma de ler e escrever que foi criada para facilitar o desenvolvimento dos cegos. O sistema Dosvox, criado na UFRJ, que possibilita ao cego o uso do computador, através de uma tecnologia em que o computador fala em português. As tecnologias influenciam imensamente de forma positiva a vida dos deficientes visuais.

2.3 Deficiência intelectual

A definição de Deficiência intelectual mais aceita é a da Associação Americana de Deficiência e Desenvolvimento Intelectual (AAMD, 1995), que define a deficiência como sendo um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, associado a limitações de pelo menos duas áreas de habilidades, bem como, comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, aptidões nas funções escolares, lazer e trabalho.

Portanto, para ser constatada a deficiência intelectual o indivíduo precisa apresentar limitações relevantes no funcionamento do intelecto, ou seja, ter dificuldade para compreender ideias, estabelecer relações sociais, obedecer a regras ao mesmo tempo em que não consegue realizar atividades cotidianas como o cuidado pessoal.

Se uma pessoa apresentar apenas o déficit intelectual, isso não é o suficiente para o diagnóstico da deficiência intelectual, é necessário detectar a presença da dificuldade nas outras áreas que afetam o seu desenvolvimento antes dos 18 anos. De acordo com Sassaki (2007, p.03):

A partir de 1992, a deficiência intelectual não é mais classificada em leve, moderada, severa e profunda (níveis criados em 1968 pela OMS) e sim de acordo com as formas de apoio providas pela sociedade para as pessoas com esta deficiência, que assim podem desenvolver-se e ter participação plena no contexto social. Os tipos variam de acordo com: /a/ as limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas (comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde, segurança, habilidades acadêmicas, lazer, trabalho, autonomia e vida familiar), e os apoios individualizados (intermitentes, limitados, extensivos ou permanentes – cada um destes podendo ser parciais ou totais).

A deficiência intelectual é geralmente confundida com doença mental, pois engloba diagnósticos de psicose, mas é importante esclarecer que há diferenças entre elas.

A expressão “deficiência mental” foi substituída pelo termo deficiência intelectual, através da Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) desde 2004 (SASSAKI, 2007, p.03).

A deficiência intelectual se caracteriza por um alto nível de dificuldade na aprendizagem e no desenvolvimento dessas pessoas. Geralmente as crianças precisam de mais tempo para aprender as competências necessárias para cuidar de si, pois apresentam uma baixa produção de conhecimento. É natural que enfrentem dificuldades principalmente ao começar a frequentar a escola. É nessa fase que a deficiência se torna mais evidente. No entanto aprenderão com a ajuda de profissionais capacitados.

Conforme Silva (2003) a intervenção pedagógica mais adequada para ser feita com o aluno com deficiência intelectual vai depender do histórico pessoal do aluno. É preciso conhecer a realidade do aluno, o diagnóstico psicopedagógico, assim como é necessário uma análise sobre as limitações e habilidades do aluno. O foco principal deve ser a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno através de ações planejadas e metodologias adequadas.

2.4 Deficiência físico/motora

Deficiência físico/motora são alterações físicas ou restrição da coordenação motora, que pode ser congênita ou adquirida, causando o comprometimento do desempenho das funções e dificuldades relativas à mobilidade. De acordo com o

Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004, essa deficiência apresenta-se sob a forma de:

paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (BRASIL, 2004, p. 02)

Quando se referir a uma pessoa que apresenta uma dessas deficiências, o termo correto é pessoa com deficiência física. Os termos defeituoso, aleijado e inválido eram utilizados com frequência até o final da década de 70, mas hoje não se usam mais.(SASSAKI, 2003)

Vale ressaltar que há diferenças em relação aos conceitos de deficiência física e deficiência motora. A física é quando há amputação, ou seja, a remoção de uma extremidade do corpo. Já a deficiência motora é quando há a falta da função motora, dificultando a mobilidade.

As limitações que a pessoa com deficiência física ou motora possui podem ser superadas através de adaptações nos ambientes. É importante esclarecer que o aluno com deficiência física não apresenta necessariamente problemas mentais ou deficiência intelectual como muitos pensam. Isso é um pensamento equivocado. Não há nada que impeça esse aluno de realizar atividades educacionais que fazem parte do processo de aprendizagem. O método de ensino é que precisa ser adaptado às necessidades do aluno.

2.5 Deficiências Múltiplas

Para os autores Oliveira e Rocha (2009), uma pessoa é considerada com múltiplas deficiências quando ocorre associação simultânea de mais de um tipo de deficiência no mesmo indivíduo. As causas são diversas. Um exemplo é o caso da pessoa que tem paralisia cerebral, que além das deficiências físico-motoras, gera dificuldades na produção linguística.

Já sobre a classificação da surdocegueira que é quando o indivíduo possui deficiência tanto auditiva quanto visuais, não podemos denominar de deficiências múltiplas, pois, de acordo com Sassaki (2007) a surdocegueira é classificada como

uma deficiência única, no sentido de ela ser diferente da simples somatória das deficiências.

A Associação Gaúcha de Pais e Amigos de Surdocegos e Multideficientes (Agapasm) conforme Sassaki (2007, p.04) define a surdocegueira da seguinte forma:

A surdocegueira é uma deficiência única que apresenta a perda da audição e da visão de maneira que a combinação dos defeitos não permita o uso dos sentidos de distância, cria necessidades especiais de comunicação, causa dificuldade extrema na consecução dos objetivos educacionais, profissionais, recreacionais e sociais para o acesso à informação e a compreensão do mundo que rodeia a pessoa”. E o próprio nome da instituição distingue os “surdocegos” dos “multideficientes.

O educador precisa ter o conhecimento acerca do assunto, se inteirar sobre deficiências múltiplas e surdocegueira para poder pensar na maneira adequada de trabalhar com esse indivíduo. Isso é fundamental para que o educador conheça as limitações e competências da pessoa com deficiência múltipla e para que possa desenvolver métodos adequados de ensino e comunicação. O planejamento deve ser feita caso a caso, dependendo dos tipos e do grau de comprometimento.

III. A INCLUSÃO DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

A reflexão acerca da inclusão se tornou um tema recorrente em congressos e debates, o passar dos anos vem fomentando essa discussão e fortalecendo a necessidade de uma sociedade em que todos possam ser agentes ativos.

Sob a ótica de muitos governantes, incluir o estudante na escola consiste em disponibilizar vaga para ele, logo, a inclusão escolar se dá quando um aluno é regularmente matriculado. É uma visão prática, que não atende as necessidades individuais do estudante, funcionando como uma solução para que se alcance os dados estatísticos desejados.

A inclusão escolar vai muito além da resolução do problema da escassez de vagas em escolas públicas; é imprescindível que tenhamos uma oferta de ensino que possa suprir as necessidades básicas do estudante, que tenha competência de trabalhar os conteúdos curriculares propostos, formar para a cidadania, e sobretudo, que tenha capacidade de alcançar todos os seus alunos, sejam eles com deficiência ou não.

As escolas precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas). (apud SANTIAGO, 2011, p.254)

Uma escola inclusiva requer mudanças, não somente arquitetônicas, mas também atitudinais. O seu espaço físico deve ser pensado para ser acessível a todos, mas também os seus profissionais necessitam de uma nova postura. Já não se pode mais conceber que em uma sala de aula sejam trazidas atividades educativas excludentes, em que alguns alunos possam participar, enquanto outros permanecem à margem do conhecimento, corroborando com a ideia arcaica de que uma pessoa com deficiência não é capaz de evoluir e interagir como os demais estudantes.

Nesse enfoque, a escola enaltece a deficiência de um aluno, enquanto deixa de explorar as suas potencialidades, tentando dessa maneira ocultar o despreparo da instituição de ensino.

Há algum tempo, a pessoa com deficiência era um membro da família segregado, do qual os seus parentes se envergonhavam, a sua imagem era associada a pobreza e a sociedade se recusava a aceitar esse cidadão. Com o passar dos anos, percebemos que essa forma pejorativa de enxergar alguém que possui uma deficiência vem se modificando, porém, ainda há muito que se evoluir nesse sentido.

A inclusão da pessoa com deficiência pode ser considerada uma preocupação recente, uma vez que há algumas décadas os nossos governantes, legisladores e demais membros representativos da sociedade, sequer pensavam em ações voltadas a esses cidadãos.

Foi somente com a chegada do século XX, mais precisamente após a metade dele, que começaram a ser pensadas políticas públicas em prol da pessoa com deficiência. Nesse enfoque, a legislação, bem como a escola, se voltam a esse indivíduo na busca de sua inserção no contexto social.

Enquanto a legislação se preocupa em assegurar os direitos da pessoa com deficiência, a escola regular cumpre apenas o que a lei determina, sem fazer grandes esforços para haja inclusão de fato.

A construção de uma nova mentalidade é o produto que se busca alcançar com tantos anos de luta pela igualdade de direitos, porém, sabemos que a sociedade ainda permeada de preconceitos, não está pronta para aceitar as diferenças. Apesar de muito se falar em diversidade, moldes pré-estabelecidos continuam ditando como devemos ser, pensar e agir.

3.1 A formação do professor

Iniciamos a nossa reflexão fazendo uma breve abordagem acerca do substantivo professor, as suas atribuições e o propósito de seu mister. Sobre estes aspectos, Tassara (1989, p. 79) nos traz algumas reflexões:

O que significa ser professor? A função do professor é, justamente, a de ser o propiciador da comunicação de experiências já sistematizadas, vivenciadas e organizadas por uma cultura, por uma sociedade, em um processo específico civilizatório. A cultura da norma de produção erudita, que deriva do processo civilizatório gerado a partir da emergência do chamado pensamento teórico cientifizante.

Sendo assim, formar o cidadão para o exercício do magistério se constitui em uma difícil tarefa quando pensamos na profissão docente como um trabalho subestimado e desvalorizado socialmente. Até mesmo em alguns universitários que estão fazendo um curso voltado à docência não encontramos motivação e estímulo. Alguns não sabem ao certo o motivo pelo qual estão ali; outros tentaram seguir outra carreira, mas acabaram sendo conduzidos a licenciatura. Acerca dessa pauta Oliveira (1989, p. 21) nos relata a sua vivência:

No levantamento deste material, tive a oportunidade de ouvir diversos testemunhos sobre a frustração do “futuro brilhante Físico pesquisador” que se vê compelido a realizar sua formação nas disciplinas de licenciatura, para poder entrar no mercado de trabalho através da Educação: carreira que ele, em princípio, não escolhera. O Bacharelado de Física visa formar pesquisadores, mas alguns de seus responsáveis acreditam que mais de 80% dos formandos serão professores e não pesquisadores.

Desse modo, os prejuízos não são apenas de termos professores sem “vocação” para a profissão, mas, segundo Oliveira (1989, p. 21):

Ocorrerá com o professor assim formado algo parecido com o que acontece ao formando em Humanas, preparado talvez para o exercício de função mais qualificada em termos intelectuais. Ele se verá confrontado com a realidade do aluno adolescente culturalmente carente, no interior de um sistema também carente de qualidade. A formação pedagógica passa assim a ser considerada, engolida e digerida como uma frustração que levará a outra, ainda maior, no futuro imediato.

Até mesmo no âmbito acadêmico, local difusor da cultura e do conhecimento, é fácil perceber que muitos consideram os alunos das licenciaturas menos importantes ou menos capazes, ou seja, o professor enfrenta preconceitos desde a sua formação. O paradoxo nessa questão é que como pode ser subjulgado um profissional responsável pela formação de todos os outros? Não sabendo ao certo a resposta para tal questionamento, acreditamos que isso aconteça pela falta de informação (ignorância) ainda tão presente em nosso país. Para Nogueira (1989, p.38):

(...) vivemos uma situação que talvez seja internacional, mas que é muito típica no Brasil: a da desvalorização social do professor. Não se sabe direito na sociedade quem é o professor e o que dele se espera, qual a sua missão e o peso específico que tem diante das demais profissões.

A atividade docente é um trabalho do qual muito se espera, porém pouco se investe em medidas que visem a melhoria desse mister, bem como no ensino público. Talvez devêssemos nesta discussão citar os números divulgados de investimento anual na educação no Brasil, mas acreditamos que os valores anunciados pela mídia não parecem condizentes com a realidade, logo, sem muita relevância diante do que podemos presenciar.

Na universidade, cursando uma licenciatura, o aluno constrói suas bases à luz de grandes teóricos, embasado em renomados pensadores, no entanto, não sabe como aplicar essas teorias no cotidiano escolar.

No Curso de Pedagogia (principal responsável pela formação docente para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental) durante anos discutimos a educação e tudo que está relacionado a ela, contudo, sentimos muita falta de atividades que despertem a prática pedagógica em si, exercício bastante executado no Curso de Magistério. Embora esse curso de nível médio ofereça ao professor em formação elementos enriquecedores, trabalhando diretamente a prática escolar, a legislação atual faz a exigência de um curso de nível superior para que o profissional possa lecionar, estabelecendo um prazo para que se alcance essa formação. Conforme o Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013):

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 2013)

3.2O Atendimento Educacional Especializado – AEE

Por muito tempo a educação especial foi considerada como um Atendimento Educacional Especializado substitutivo ao ensino comum, com diferentes concepções, que deram origem a criação de instituições especializadas, assim como ao surgimento de escolas especiais.

Alguns documentos oficiais relevantes para a área de educação especial asseguram o princípio de igualdade e o direito de as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação

frequentarem o ensino regular. A atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, reafirma o direito de todos os alunos à educação no ensino regular, recebendo, quando necessário, o Atendimento Educacional Especializado - AEE.

Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas (BRASIL, 2008, p.16). Portanto, cabe aos profissionais de AEE uma formação que permita atender as necessidades dos alunos que são público alvo da educação especial.

Atualmente o AEE não substitui o ensino da rede regular e, sim, complementa e/ou suplementa o ensino comum considerando as necessidades dos alunos para a escolarização. Esse atendimento é oferecido exclusivamente aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A legislação federal brasileira assegura o Atendimento Educacional Especializado gratuito a esse público, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 2013, p.01).

Esse Atendimento Especializado acontece em Salas de Recursos Multifuncionais implantadas nas escolas, geralmente na mesma escola em que o aluno frequenta, em turno oposto ao da aula do ensino regular para não impedir a frequência nas aulas. Segundo o Decreto nº 7.611, de 2011, a Sala de Recursos Multifuncionais onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado é definida como sendo “ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado”. (BRASIL, 2011, p.03)

O AEE das escolas da rede pública recebe apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação. A verba é destinada para aprimorar o Atendimento Educacional Especializado já existente na instituição, implantar Salas de Recursos Multifuncionais para o desenvolvimento das atividades, assim como deve ser destinado para a formação continuada de docentes e gestores, inclusive para o desenvolvimento do ensino de LIBRAS e do Braille, deve contribuir para promover a acessibilidade física e a aprendizagem através de projetos arquitetônicos nos

prédios escolares e recursos educacionais para a acessibilidade (BRASIL, 2011, p.03).

Esse atendimento, além de ser oferecido nas escolas públicas, também pode ser disponibilizado em instituições especializadas como podemos conferir no Decreto nº 7.611, de 2011, p.04:

O Atendimento Educacional Especializado aos estudantes da rede pública de ensino regular pode ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial.

O surgimento das instituições destinadas ao ensino de pessoas com deficiência no Brasil tem origem com as mudanças sociais e econômicas que ocorreram e está estritamente relacionado com os interesses das classes dominantes de diferentes períodos da história.

Segundo Santiago (2011, p. 243) o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, de 1854, (hoje chamado Instituto Benjamin Constant) só foi criada para atender ao interesse do imperador que possuía uma filha cega, assim como a fundação do Imperial Instituto dos surdos-mudos, de 1857, que foi criada graças a alguns nobres da época e só quem poderia ter acesso a fundação eram pessoas indicadas pelo próprio imperador. Após um longo tempo, por volta de trinta anos da fundação dos Institutos Imperiais para surdos e cegos é que se tem o surgimento de novas fundações voltadas para esta área, destacando-se o Instituto de cegos de Recife que foi fundado após cinquenta anos.

Outras instituições surgiram no decorrer dos anos, porém a situação econômica sempre interferiu no processo de inclusão das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Atualmente, políticas públicas eficazes se fazem cada vez mais necessárias para garantir efetivamente serviços especializados que contribuam para a inclusão desses sujeitos nas classes comuns do ensino regular e nos diversos espaços da vida social. Ou seja, há a necessidade de uma transformação nas escolas públicas para que se tornem escolas inclusivas, escolas para todos.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP apud SANTIAGO, 2011, p. 255).

O Atendimento Educacional Especializado é importante nesse processo de transformar as escolas públicas em escolas inclusivas porque as atividades realizadas no AEE são atividades diferenciadas desenvolvidas para facilitar o processo de aprendizagem na sala de aula e para dar as condições necessárias que o educando precisa para se sentir incluído no ambiente escolar.

O professor, de acordo com a necessidade de seu aluno, irá organizar e desenvolver atividades com recursos pedagógicos que estimulam o aprendizado do aluno naquelas áreas em que ele encontra maiores dificuldades.

Conforme a resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, para a atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. Portanto deve ser graduado em Pedagogia, com aprofundamento ou especialização na área de educação especial.

São exemplos de atribuições e responsabilidades delegadas ao professor do Atendimento Educacional Especializado:

Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia, atividade e participação; Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p.03)

No Atendimento Educacional Especializado o professor pode trabalhar o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com os surdos e o código Braille com os alunos cegos, pode trabalhar o desenvolvimento dos processos cognitivos tais como a atenção, o raciocínio, a criatividade dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação utilizando recursos pedagógicos acessíveis, como também a utilização de recursos de tecnologia assistiva e acessibilidade ao computador, explorar as potencialidades dos alunos nas áreas que ele apresenta dificuldades, respeitando sua limitação, entre outros.

Ainda de acordo com o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, o Atendimento Educacional Especializado tem como objetivo:

garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (BRASIL, 2011, p. 02)

Por isso a relação com o ensino regular é tão importante e assim, se verifica que o AEE não ocorre de forma substitutiva ao ensino comum, ou seja, não é um sistema paralelo de ensino, ele complementa o ensino com atividades diversificadas, proporcionando condições de acesso, participação e aprendizagem no contexto do ensino comum. Mas, fica evidente a necessidade de uma formação docente especializada para que o AEE cumpra seus objetivos.

O Atendimento Educacional Especializado, como é um serviço que serve de apoio constante para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, deve estar sempre associado a proposta pedagógica da escola e o envolvimento da família é fundamental para garantir a participação dos estudantes e para, junto ao professor, atender às necessidades específicas de cada aluno, complementando e suplementando a formação dos mesmos.

IV. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Tipo de Pesquisa

Para realização desta pesquisa, é viável que nos embasemos em alguns conceitos para melhor compreensão desse processo investigativo.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (MINAYO, 2009, p. 16).

Desse modo, podemos compreender a pesquisa como uma inquietação, um questionamento que resulta na busca de uma resposta para uma problemática apresentada, e é esse produto que se busca alcançar que poderá trazer contribuições significativas à realidade.

Para a mesma autora:

Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais (MINAYO, 2009, p. 16).

A pesquisa é um processo de sucessivas descobertas que vem a acrescentar ao conhecimento já existente. De acordo com Minayo, (2009, p. 27), o ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas.

Optamos por uma abordagem qualitativa, tendo em vista que este estudo não está voltado à quantificação, dados numéricos não são o nosso foco, mas a qualidade das informações obtidas.

Neste sentido, cabe destacar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ele se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2009, p. 21).

Essa modalidade de pesquisa não visa trazer apenas a interpretação do pesquisador, ela objetiva examinar minuciosamente as informações colhidas, de maneira que esse trabalho possa ser realizado da forma mais imparcial possível. Conforme Minayo (2009), “(...) análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações.”

4.2 Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa são dois professores da Associação Pestalozzi da Paraíba (APEP). Fundada em 28/07/1977, trata-se de uma instituição filantrópica sem fins lucrativos, que se mantém de doações, em funcionamento em um prédio doado pelo Estado, situado na Avenida Presidente Ranieri Mazzili nº 1732, no bairro do Cristo Redentor, João Pessoa - PB. Há algum tempo havia uma unidade em Santa Rita, mas foi fechada por problemas financeiros.

Presidida pelo Senhor Ricardo Leandro Ribeiro de Moraes, a associação tem o objetivo de promover ações que contribuam para inclusão social das pessoas com deficiência e o resgate da cidadania, visando a qualidade de vida dos usuários. O seu propósito é acompanhar pessoas com Deficiência Intelectual, Autismo, Síndrome de Down, Síndrome de Asperger, Deficiência Visual, Física e Múltiplas.

A Pestalozzi está aberta a pessoas de qualquer faixa etária, tendo o usuário mais novo 01 ano de idade e o mais velho 55, no total 150 pessoas utilizam os serviços da associação atualmente, entre habilitação, reabilitação, esporte e cultura.

Os profissionais investigados foram escolhidos em virtude de serem do nosso conhecimento, muito receptivos e estarem dispostos a colaborar com este objeto de estudo, bem como, a associação na qual trabalham.

As duas professoras da instituição trabalham no atendimento a usuários de 5 a 17 anos, com atividades específicas para cada tipo de deficiência. Os alunos comparecem na instituição em horário oposto ao da escola do ensino regular e passam em média uma hora no atendimento com as professoras, depois seguem para outras atividades na própria instituição.

4.3 Instrumento da pesquisa

O instrumento de pesquisa escolhido será um questionário, meio de investigação composto por um determinado número de questões (fechadas ou abertas) que visam responder o tema gerador desta pesquisa. Tal instrumento será objetivo, contendo 10 questões. As perguntas foram elaboradas de acordo com o objetivo da pesquisa, são questões fechadas para facilitar o desenvolvimento das respostas, perguntas que podem ser respondidas sem maiores dificuldades e para que o entrevistado não necessite de muito tempo para responder. O questionário encontra-se no Apêndice.

4.4. Análise dos Dados

A primeira questão refere-se a caracterização dos sujeitos pesquisados, 100% deles trabalha na Associação Pestalozzi e atua na área de Pedagogia.

Com relação a segunda questão, relativa a faixa etária, os resultados revelaram que 50% possui entre 36 a 45 anos de idade, e a outra metade tem entre 20 e 25 anos de idade.

A terceira questão aborda o gênero dos professores da instituição pesquisada, na qual foi constatado que a totalidade dos profissionais consultados é do gênero feminino.

O quarto questionamento trata do nível de escolaridade dos docentes supracitados, os dados obtidos indicam que 50% concluiu o Ensino Superior e 50% possui apenas o Ensino Médio.

A quinta pergunta, atinente ao tempo de atuação dos docentes, aponta que metade dos indivíduos tem entre 11 e 15 anos de trabalho na área da Educação, enquanto a parte restante leciona há menos de 05 anos.

Na sexta indagação que investiga a participação dos entrevistados em capacitações, 100% deles afirmou que frequenta eventos que visem a formação continuada. Nesse sentido, a sétima problemática solicita a especificação dessas capacitações, de acordo com as respostas colhidas, 50% dos pesquisados participa de eventos diversos (fóruns educacionais, rodas de diálogos e outros) e 50% participa de palestras.

A oitava vertente discute o significado de deficiência intelectual, conforme o que foi respondido, verificou-se que metade dos profissionais colaboradores conhece a definição atual de deficiência intelectual, a metade remanescente ignora o termo adequado.

No nono eixo explorado, foi interrogada a acepção da sigla AEE, sendo comprovado que a totalidade dos sujeitos tem conhecimento da terminologia em referência.

O último questionamento inquire sobre a maior dificuldade no exercício da docência (na área da Educação Especial), diante dessa inquietação, 100% tem como maior queixa a falta de recursos específicos para tal público, sendo que 50% desse total acrescentou ainda a falta de formações voltadas a essa área da Educação.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada nos trouxe a compreensão de que nem todos os professores que atuam no AEE foram formados para tal, alguns acabam aprendendo a trabalhar com a prática diária o essencial à promoção da inclusão, contudo, admitem que necessitam do apoio de especialistas (por meio de capacitações). Pudemos perceber que alguns profissionais não têm formação superior, lecionam apenas com o nível médio. Apesar de todas as dificuldades apontadas pelos professores investigados, foi um aprendizado amplo de como é feito o trabalho desses docentes, quais as dificuldades de atuar na área, e acima de tudo, como e se foram formados para isso.

Este estudo nos possibilitou enxergar o professor da Educação Especial, suas metas, objetivos e o trabalho gratificante que realiza. A experiência foi muito válida, pois nos proporcionou uma ótica mais apurada acerca desse docente, que demonstrou comprometimento, responsabilidade e afetividade com relação às atividades que desempenha.

Entendemos que o AEE proporciona condições para o desenvolvimento psicológico e intelectual da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Além disso, esta investigação nos permite afirmar que é necessária a redefinição dos modelos de formação dos professores, com vista a contribuir para uma prática profissional mais segura e condizente com as necessidades de cada educando.

Uma das maiores preocupações está no fato de se garantir o princípio da igualdade para que se cumpra justiça. Por esta e outras razões, o público a quem é dispensado o AEE é amparado por inúmeras legislações, isto é, tem o direito de estudar, de trabalhar, de ter atendimento médico como todas as outras pessoas da sociedade e ter acesso a todos os âmbitos da vida social.

Convictas de que cumprimos o nosso propósito, encerramos a nossa pesquisa satisfeitas com a experiência obtida, certas de que cada lauda escrita enriqueceu um pouco mais a bagagem de conhecimentos que temos adquirido ao longo do Curso de Pedagogia.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L. e FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. 6ª ed. São Paulo: Papirus, 2004.

BORGES, J. A. **Do Braille ao Dosvox – diferenças nas vidas dos cegos brasileiros**. 2009. Tese apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em:
http://teses2.ufrj.br/Teses/COPPE_D/JoseAntonioDosSantosBorges.pdf
Acesso em: 08 de Junho de 2013

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm
Acesso em: 30 de junho de 2013

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm
Acesso em: 16 de junho de 2013

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
Acesso em: 16 de junho de 2013

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as leis nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento as pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
Acesso em: 21 de julho de 2013

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:
<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=1&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espiritas-sem-religiao>
Acesso em: 08 de Junho de 2013

BRASIL. **Lei nº 12.796**, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm

Acesso em: 30 de junho de 2013

BRASIL. Ministério da Educação. Inclusão. Revista da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial, v. 04. n 05. Brasília: SEESP, 2008.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>

Acesso em: 30 de junho de 2013

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009 Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação

Especial. Ministério da educação.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica

Acesso em: 02 de Julho de 2013

CRUZ, A. M. **Deficiência visual: Uma abordagem geral**. 2008. Monografia apresentada no Instituto de Educação Superior da Paraíba. Universidade Aberta Vida – UNAVIDA. Curso de Especialização em Educação Especial. João Pessoa/PB

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GATTO, C. I. e TOCHETTO, T. M. **Deficiência auditiva infantil: implicações e soluções**- Revista CEFAC, São Paulo, v.9, n.1, 110-15, jan-mar, 2007 - SciELO Brasil.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v9n1/v9n1a12.pdf>

Acesso em: 15 de Junho de 2013

LUZ, L. A. **Inclusão e ensino superior: Discutindo a questão da surdez**. 2008. Monografia apresentada no Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ. Curso de Especialização em Educação Inclusiva. João Pessoa/PB

MEC. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília-DF, SEESP, 2007.

MEC. **O Atendimento Educacional Especializado. Deficiência física**. Brasília-DF, SEESP/SEED, 2007.

NOGUEIRA, M. A. Universidade, crise e produção do saber. In: BERNARDO, M. V. (org) **Pensando a educação: ensaios sobre a formação do professor e a política educacional**. Editora Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA, E. R. Uma reflexão sobre a formação profissional em ciências humanas. In: BERNARDO, M. V. (org) **Pensando a educação: ensaios sobre a formação do professor e a política educacional**. Editora Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1989.

OLIVEIRA, R. S.; ROCHA, C. R. **Análise da acessibilidade de deficientes físicos demembro inferior em um posto de atendimento à seguridade**. 2009. Universidade da Amazônia. Belém-PA.

Disponível em:

www.unama.br/novoportal/ensino/graduacao/cursos/fisioterapia/attachments/article/132/analise-da-acessibilidade-de-deficientes-fisicos.pdf

Acesso em: 15 de junho de 2013

QUADROS, R. M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>

Acesso em: 16 de junho de 2013

SANTIAGO, S. A. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos sócio-econômicos, religiosos e educacionais**. Editora Universitária da UFPB. João Pessoa, 2011.

SASSAKI, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Mídia e deficiência. Brasília: Andi/Fundação Banco do Brasil. 2003. p. 160-165.

Disponível em:

http://200.238.92.118/uploads/zEEORSTek4V-xJeWR9XnLw/9H3ICd6NYXHKTHBY7N9MdQ/terminologia1pra_imprensa.PDF

Acesso em: 15 de Junho de 2013

SASSAKI, R. K. **Nomenclatura na área da surdez**. 2007.

Disponível em:

<http://www.pjpp.sp.gov.br/2004/artigos/22.pdf>

Acesso em: 15 de junho de 2013

SILVA, L. P. A.; QUEIROS, F.; LIMA, I. **Fatores Etiológicos da Deficiência Auditiva em Crianças e Adolescentes de um Centro de Referência APADA em Salvador-BA**. Revista Brasileira de Otorrinolaringologia -, 2006 - SciELO Brasil

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rboto/v72n1/a06v72n1.pdf>

Acesso em 16 de junho de 2013

SILVA, E. M. **A inclusão de alunos com deficiência mental: uma experiência na EJA**. 2003. Monografia apresentada na Faculdade Frassinetti do Recife. Curso de Especialização. Recife – PE

TASSARA, E. T. O contexto interdisciplinar na formação do professor de 1º e 2º graus. In: BERNARDO, M. V. (org) **Pensando a educação: ensaios sobre a formação do professor e a política educacional**. Editora Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 1989.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

**CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a) _____

Data: _____

Esta pesquisa é sobre A Formação do Professor para o Atendimento Educacional Especializado e está sendo desenvolvida por Isaura Suelle Sousa Chaves e Maria da Conceição Alexandre Nunes de Freitas, alunas do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do (a) Profa. Dra. Sandra Alves da Silva Santiago.

O objetivo do estudo é compreender o trabalho dos professores com os estudantes com deficiência nas instituições especializadas. Com este propósito, solicitamos a sua colaboração para responder ao questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em banca examinadora para aprovação do nosso Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Rubrica do Participante da Pesquisa

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Maria da Conceição Alexandre Nunes de Freitas Telefone: (083)88304200. Endereço: R. Profa. Margarida Medeiros, nº 351, apt 302, bairro dos Ipês. João Pessoa.

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Caro(a) Professor(a),

Este questionário é parte de uma pesquisa sobre nosso Trabalho de Conclusão de Curso: A Formação do Professor para o Atendimento Educacional Especializado e está sendo desenvolvido por Isaura Suelle Sousa Chaves e Maria da Conceição Alexandre Nunes de Freitas, alunas do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Alves da Silva Santiago.

Suas respostas são muito importantes para a fase exploratória deste estudo.

Desde já, agradecemos sua colaboração!

1ª parte

1) Caracterização do respondente:

a) Nome completo (ou iniciais): _____

b) Instituição de ensino em que trabalha: _____

c) Professor de (área do conhecimento): _____

2) Idade:

() Menos de 20

() 20 a 25

() 26 a 35

() 36 a 45

() 46 a 50

() mais de 50

3) Sexo:

() Masculino

() Feminino

2ª parte

4) Nível de escolaridade:

() Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Superior

() Pós graduação

() Mestrado

- (☐) Pós-mestrado
- (☐) Doutorado
- (☐) *Pós-Doutorado*

5) Tempo de docência:

- (☐) Menos de 5 anos
- (☐) 5 a 10
- (☐) 11 a 15
- (☐) 16 a 20
- (☐) 21 a 25
- (☐) mais de 25

6) Participa de Capacitações?

- (☐) Sim
- (☐) Não

7) Quais são os eventos que você costuma participar para complementar a sua formação?

3ª parte:

8) Assinale: Pra você o que significa deficiência intelectual?

- a) Retardo mental
- b) Falha na memória
- c) Quociente de inteligência (QI) inferior a média
- d) Falta de lucidez

9) O que significa AEE?

- a) Atividade Educativa para Especialistas
- b) Associação Educativa Evangélica
- c) Associação Experimental para Educação
- d) Atendimento Educacional Especializado

10) Na área da Educação Especial, qual a maior dificuldade que você encontrou no exercício da docência?
